

Hugo Chávez: do quartel à presidência

ANA PENIDO
SUZELEY KALIL

RESUMO: Antes de ser eleito presidente da Venezuela, Hugo Chávez era militar da ativa, organizador da esquerda castrense e líder de uma insurreição armada. Este artigo discutirá as ocorrências dentro e fora dos quartéis, investigando o surgimento e desenvolvimento desse militar. Combina a revisão de literatura e análise de discursos do próprio Chávez. Conclui-se que este personagem é exemplar para a discussão da esquerda militar (Moraes, 2005) e do papel do indivíduo na história (Plekhanov, 1898).

PALAVRAS-CHAVE: Hugo Chávez. Caracazo. Esquerda militar. Venezuela. Insurreição militar.



Hugo Chávez: from the barracks to the presidency

ANA PENIDO

Professora do Instituto de Relações Internacionais e Defesa na UFRJ. É pesquisadora do Instituto Tricontinental e do Grupo de Estudos em Defesa e Segurança da Unicamp. Este artigo é fruto de um projeto financiado pela FAPESP. E-mail: anapenido@gmail.com

SUZELEY KALIL

Livre-docente em Ciência Política da UNESP. Professora aposentada da FCHS (Unesp/Franca) e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais 'San Tiago Dantas' (Unesp). Atualmente é professora no Programa de Mestrado em Relações Internacionais da UFS. E-mail: suzeley.kalil@unesp.br

ABSTRACT: Before being elected president of Venezuela, Hugo Chávez was an active military man, organizer of the military left and leader of an armed insurrection. This article will discuss the occurrences inside and outside the barracks, investigating the emergence and development of this military. It combines literature review with Chávez interviews and discourses. It is concluded that Hugo Chávez is an example for the discussion of the military left (Moraes, 2005) and the role of the individual in history (Plekhanov, 1898).

KEYWORDS: Hugo Chávez. Caracazo. Military left. Venezuela. Military insurrection.

DATA DE ENVIO: 25/03/2025

DATA DE APROVAÇÃO: 12/04/2025

1 Introdução¹

Entre os críticos da teoria marxista, são abundantes as interpretações de que o “coletivismo” marxista, assim como o seu “determinismo”, anulam o papel da subjetividade e da vontade individual nos processos históricos. Ainda em 1898, o filósofo Plekhanov debruçou-se sobre essas críticas em sua brochura *O Papel do Indivíduo na História*.² A reflexão é particularmente importante quando coloca-se em relevo o personalismo, essencial para a existência de caudilhos na América Latina, ou o particularismo, que tende a considerar sujeitos históricos enquanto insubstituíveis.

No materialismo histórico-dialético, o processo histórico é determinado pela dinâmica da luta de classes e pelo grau de avanço das forças produtivas em cada formação social. Em momentos marcados por intensas contradições, abrem-se possibilidades de transformação. Nessas conjunturas, os sujeitos, moldados por esse mesmo contexto e por essas tensões, podem assumir a liderança e intervir no curso dos acontecimentos. Em síntese, repetindo o velho Marx (2011), os homens constroem a história, mas o fazem em condições objetivas previamente dadas, alheias à sua vontade.

Em Plekhanov (1898), essa reflexão é feita a partir de Robespierre e Napoleão Bonaparte. São seres humanos históricos que se dedicam à organização, à teoria e à preparação das massas, engajadas em lutas concretas. A ação humana consciente é uma força de transformação histórica, e ela se manifesta tanto no indivíduo, quanto nas classes sociais, avançando ou retrocedendo diante da construção de revoluções sociais.

Duas condições são necessárias para que o homem dotado de certo talento exerça, graças a ele, grande influência sobre o curso dos acontecimentos. É preciso, em primeiro lugar,

1 Agradecemos os pareceristas. Suas contribuições foram importantes para aprimorar os textos. As lacunas que persistem são de responsabilidade das autoras.

2 Utiliza-se aqui o fragmento encontrado em Plekhanov, 1898. No Brasil, foi publicada, em conjunto com duas outras obras do mesmo autor, “Da filosofia da História” e “Da concepção materialista da História”, pela Editora Expressão Popular (2024).

que seu talento corresponda melhor que os outros às necessidades sociais de uma época determinada: se Napoleão, em lugar de seu gênio militar, houvesse possuído o gênio musical de Beethoven, não teria chegado, naturalmente, a ser imperador. Em segundo lugar, o regime social vigente não deve alçar obstáculo no caminho do indivíduo adotar de um determinado talento, necessário e útil justamente naquela ocasião. O próprio Napoleão teria morrido como um general pouco conhecido ou com o nome de coronel Bonaparte se o antigo regime tivesse durado na França mais 75 anos (Plekhanov, 1898, fragmento).

Bonaparte e tantos outros (mais outros que outras, em função da masculinidade característica da historiografia) grafaram seus nomes na história, mas só existiram como fruto dessa mesma história, são produto da luta de classes do seu tempo. De certa maneira, não que estes sejam substituíveis facilmente, mas existiam condições para que outros, também com grandes capacidades, surgissem.

Desempenhando seu papel de “boa espada” salvadora da ordem social, Napoleão impediu que desempenhassem essa função outros generais, alguns dos quais talvez tivessem desempenhado tão bem ou quase tão bem quanto ele. Uma vez satisfeita a necessidade social de ter um ditador militar enérgico, a organização social fechou o caminho da ditadura a todos outros talentos militares (Plekhanov, 1898, fragmento).

Ao pensar sobre os indivíduos militares que deixaram seu nome inequivocamente gravado na história latino-americana, entre personagens como Velasco Alvarado (Peru), e Omar Torrijos (Panamá), destaca-se o nome de Hugo Chávez. Parafraseando Maquiavel, Hugo Chávez é um homem de *virtú*. Entretanto, inequivocamente, a *fortuna* lhe sorriu. Neste texto, não se pretende fazer uma biografia deste indivíduo, mas destacar uma das suas características, a de ser um militar da ativa, e analisá-la à luz dos acontecimentos histórico-sociais da sua época dentro e fora dos quartéis. Ousa-se aventar que, se Chávez não fosse um militar, dificilmente os ocorridos de 1992 teriam se desenvolvido da forma

como o foram. Por outro lado, outros nomes militares também poderiam surgir.

A força militar sempre será um fator decisivo para o poder em qualquer Estado. Nas teorias liberais, a manutenção da democracia é vinculada ao controle dessa força por meio do exercício da autoridade civil e da transformação da força bélica em uma burocracia apolítica. A história latino-americana é salteada de exemplos de como essa prescrição não se realizou na prática.

A opção de Chávez foi incorporar a força militar, cativando-a com ideias (Giantomasi, 2017; Harnecker, 2004). Em momento nenhum, faz a separação entre civis e militares, pelo contrário, considera essa medida errada, pois “nos separam da consciência do que somos (o povo) e nos usam contra nosso próprio povo” (Alô Presidente, 2009, p. 14). A revolução bolivariana, que hoje completa mais de 25 anos, iniciou-se em termos organizativos no interior das Forças Armadas na Venezuela quando, em 1982, é fundado o Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200)³ que se dedicou ao trabalho clandestino nos quartéis. Dez anos depois, o então Tenente Coronel Hugo Rafael Chávez Frías comandou uma rebelião militar que não teve sucesso e o levou para a prisão, mas também o projetou para a política.

Permite-se questionar: que ambiente político e social produziu uma figura militar como Hugo Chávez? Como ele sobreviveu e acendeu em uma instituição baseada na hierarquia e na disciplina? Por que a ruptura do contexto de crise social na Venezuela dos anos 1980 se deu por iniciativa militar? Essas são algumas das inquietações que motivaram este artigo.

Harnecker (2003) sintetiza que os militares venezuelanos que iniciaram a revolução bolivariana tinham sete características distintas dos seus colegas de países vizinhos. Primeiro, foram influenciados pelo ensino de Simón Bolívar e suas ideias sobre a soberania nacional e popular. Segundo, é uma geração pouco marcada pela Escola das Américas dos EUA, com a maioria tendo cursado apenas a Academia Militar Venezuelana. Terceiro, eles

3 O número 200 posposto à sigla alude aos 200 anos de nascimento de Simón Bolívar.

enfrentaram de forma muito limitada a insurgência guerrilheira que, na Venezuela, terminou antes dos anos 1970, e por isso a doutrinação anticomunista da Guerra Fria foi menos intensa. Quarto, o recrutamento de militares não ocorreu entre as elites civis, ou endogenamente, mas sim entre as camadas populares, que viam na carreira uma potencial mobilidade social. Quinto, o rechaço popular às medidas econômicas impostas pelo governo Carlos Andrés Pérez (1989-1983), a sublevação popular conhecida como *Caracazo* (1989) e, principalmente a resposta violenta a ela (até hoje são controversos os dados sobre o número de mortos), “(...) tais eventos foram importantíssimos na formação da nova consciência política de muitos dos oficiais subalternos (...)” (Harnecker, 2003, p. 17), ou seja, politizou-os, tornando-os simpáticos a formulações da esquerda e acelerando a organização dos militares em um “movimento clandestino”, o MBR-200. Sexto, a década de 1980 viu a ampliação da crise social e o aumento das desigualdades gerados pela corrupção endêmica, clientelismo na forma de distribuição dos ganhos do petróleo e inequidade abissal, aprofundados pela adoção de políticas neoliberais. E, sete, conforme o programa do candidato Chávez à presidência da República, as forças armadas estariam em posição de restabelecer os pilares do seu compromisso com a democracia e, principalmente, de jamais usar armas contra seu próprio povo. Assim, uma vez eleito em 1998, deu-lhes um novo propósito e um local para canalizar a frustração acumulada ao longo das décadas anteriores (Harnecker, 2003, p. 15-18).

Neste texto, pretendemos tensionar essas afirmativas e acrescentar a elas novas questões. Para isso, organizamos o artigo em três partes, além desta introdução. A primeira, descreve sucintamente o contexto social geral decorrente do Pacto de *Punto Fijo*. A segunda trata do ambiente interno aos quartéis, destacando-se as relações entre a caserna e a esquerda política. A terceira, se dedica a dois momentos históricos: o *Caracazo* e a Insurreição Militar de 1992. Findamos o artigo no momento da eleição de Chávez para presidente, em 1998. O período em que Hugo Chávez ocupou a cadeira presidencial foi abordado no artigo “Uma revolução pacífica... mas armada” (Penido, 2025).

2 O pacto de *Punto Fijo*

Como é apresentado pela coleção canônica sobre regimes burocrático-autoritários, a Venezuela, diferente de seus vizinhos, não viveu regimes dessa natureza (O'donnell, 1990; O'donnell, Schmitter, Whitehead, 1986a; O'donnell, Schmitter, Whitehead, 1986b). O Pacto de *Punto Fijo* originou-se em um golpe militar que pôs fim à ditadura do coronel Pérez Jiménez que, por sua vez, chegara ao governo seis anos antes também por meio de um golpe militar, que findou com a efêmera experiência democrática do país. Assinado em 1958, tratava-se de um acordo de compartilhamento do poder entre as elites que permitiu 40 anos de estabilidade institucional alicerçada nos ganhos do petróleo, “principal fator estrutural de garantia de estabilidade” (Karl, 1986, p. 197). Por meio dele, os partidos políticos – Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI), de tendência social-democrata; e Ação Democrática (AD), democrata-cristão –, revezavam-se no poder. Aos militares, reservou-se o controle sobre a segurança interna e defesa da Nação. Além disso, o regime foi eficiente na dissolução de qualquer grupo contestatório antes que este se fortalecesse a ponto de desestabilizar os governos que se sucediam (Altman, 2016, p. 30).

O pacto de *Punto Fijo* foi consagrado na Constituição de 1964. O poder repressivo estatal foi dividido entre a Presidência da República e o Parlamento, pois todas as indicações de juizes e oficiais superiores (a partir de tenente coronel) das forças armadas partiam do Executivo, mas eram ratificadas pelo Congresso. Através da manipulação de regras, fraudes e repressão, postos de trabalho no setor público e até mesmo privado passavam pelo crivo dos dois partidos.

Esse sistema de conciliação foi garantido graças à lealdade de atores chave ao sistema político em troca de acesso privilegiado aos recursos oriundos do petróleo. As forças armadas foram integradas ao sistema como uma instituição apolítica, não deliberante e subordinada ao poder civil. A constituição limitava a influência militar e lhe assegurava autonomia institucional, organizada de maneira similar aos seus vizinhos latino-americanos, com forças profissionais, separadas em três componentes, e fartos recursos para seguridade social, infraestrutura e equipamentos.

Segundo Stronen (2016, p. 7), durante os 40 anos do Pacto de *Punto Fijo*, predominou o controle civil e a ausência do medo de golpes militares. Com isso, as Forças foram gradualmente adquirindo autonomia em assuntos burocráticos e políticas de defesa. Diferente de outros países do continente, elas foram pouco marcadas pelo combate às guerrilhas, que na Venezuela durou temporariamente pouco (1960-1963). Em realidade, “(...) foi criada, na Venezuela, no início dos anos 1960, a mais eficiente democracia de fachada do continente sul-americano” (Maringoni, 2008, p. 65).

Excluída da política, parte da esquerda recorreu à organização de movimentos guerrilheiros entre 1958 e 1969. Segundo Schuterland (2019), o Exército subiu as montanhas e massacrou dois mil guerrilheiros ligados ao Partido Comunista, mas esse processo foi rápido. No final dos anos 1960, a esquerda foi incorporada em troca de desistir da luta armada, como comprovam: a legalização do Partido Comunista, em 1969; a legalização do Movimento de Esquerda Revolucionária, em 1973; e a fundação do Movimento ao Socialismo (MAS) pelo ex-líder guerrilheiro Teodoro Petkoff, em 1971 (Corrales, 2010, p. 13).

Na prática, enquanto entraram petrodólares suficientes que permitiram ao governo ampliar os gastos públicos, manteve-se o sistema. Pobres alimentavam a expectativa que seus filhos poderiam ter um bom emprego na burocracia, crédito para aquisição de propriedade, acesso à saúde e à educação, inclusive nos quartéis (Altman, 2016, p. 31). As camadas médias mantinham alto padrão de vida. Deve-se ter em mente que as crises no Oriente Médio favoreceram a Venezuela. Em 1973, ocorreu a primeira crise internacional do petróleo, o que elevou o preço do barril de US\$ 3 para US\$ 12. Vários setores foram nacionalizados, como siderurgia (1974) e petróleo (1975), criando-se a Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA). Os governos avançaram muito no financiamento cultural e desportivo e tinha-se a expectativa de que, na Venezuela, a economia seguiria crescendo, ainda que dependente de um só setor. Áreas agrícolas e industriais permaneceram sem investimentos.

3 A esquerda na caserna

Na Venezuela, como em outros países da América Latina, as forças armadas contavam com alto prestígio entre a população fundamentada na percepção das Forças enquanto uma instituição modernizadora da sociedade, pela vivência cotidiana que evidencia a caserna enquanto espaço de ascensão social, e por uma noção particular de nacionalismo batizada por Domingos Neto (2019) como patriotismo castrense, típica de “países arcaicos”, em que uma “poderosa carga afetiva do ente abstrato designado “pátria” é empregada para compatibilizar ideários de elites associadas ou não aos interesses metropolitanos” (Domingos Neto, 2019, p. 32).

Soma-se a isso o sentimento interno à caserna, não apenas na Venezuela, de que são profissionais, coesos, disciplinados e preocupados com a justiça social.

Na formulação de Harries-Jenkins, Moskos e Baquer (1984, p. 103), os exércitos no terceiro mundo são vistos pela população como: a) ferramentas para o desenvolvimento econômico; b) dotados de líderes menos propensos à corrupção individual que seus pares civis; c) espaço de socialização capaz de transformar recrutas tradicionalistas em seres com ideias modernas e modernizantes; d) como instrumentos de uma nova classe média para as necessárias reformas sociais.

Além disso, no caso da Venezuela, como não ocorreram ditaduras militares semelhantes às de seus vizinhos, as Forças não estão associadas a nenhum tipo de repressão social ou cultural no imaginário popular. Isso não quer dizer que não tenham acontecido. Pesquisas de opinião analisadas por Sucre e citadas por Franco (2006, p. 257) mostram que, na percepção civil, as Forças são identificadas com maior frequência como parte do povo do que como um corpo autônomo que deve obediência estrita ao Estado. Não foram registradas resistências ao emprego de militares em atividades distintas da defesa nacional. Por isso, a autonomia das forças armadas não é pauta de preocupação, seja no governo, seja na sociedade

Exemplo dessa autonomia foi que, por iniciativa das próprias Forças, em 1971, o governo implementou o Plano Andrés Bello de reforma do ensino militar.

A Grande Reforma que a Academia Militar iniciou em 1970 buscou um nível de educação para o jovem cadete que o preparasse para operar em uma sociedade igualitária, livre, plural e decente, na qual os legítimos governantes seriam o reflexo das virtudes e do desenvolvimento, e o componente armado, autônomo e subordinado à Autoridade Civil, seria capaz de participar, de emitir opiniões, de integrar e cooperar com o crescimento e engrandecimento da Nação (Machillanda Pinto, 1993, p. 91).⁴

A reforma expandia o foco acadêmico na educação militar, traduzindo-o em padrões universitários, o que intelectualizou a formação, expandiu os contatos entre militares e círculos civis, inclusive progressistas, e ampliou o conhecimento de todo tipo de pensamento político, incluindo de esquerda. Muitos optaram por fazer dois cursos, um deles na academia civil, como foi o caso de Hugo Chávez. A reforma enfatizou também princípios morais, como honra e disciplina, e o respeito (quase veneração) a patriotas venezuelanos, como o comandante das Guerras de Independência, Simón Bolívar, cujas ideias fundamentam-se em um nacionalismo – tomado como identidade distinta e mestiça da América –, republicana – em contraposição às monarquias europeias, vistas como “trevas, servidão e submissão” –, e anti-imperialista – como expresso em uma das *Cartas da Jamaica*, “(...) o ódio que nos inspira a Península [Ibérica] é maior do que o mar que dela nos separa; menos difícil é unir os dois continentes, que reconciliar os espíritos de ambos os países (...)” (Martins, Domingos Neto, 2013, p. 121). Por fim, o governo concedeu bolsas especiais para que cidadãos de classe baixa e média ingressassem na educação militar, e exigiu o nível médio completo para o ingresso, pois a academia passou a equivaler a um diploma universitário. Nordem (1998, p. 160) alerta para o efeito colateral desse processo: as

⁴ Os caracteres maiúsculos foram mantidos conforme o original.

mudanças educacionais distanciaram os oficiais jovens dos superiores, bem como das autoridades civis. Os oficiais mais velhos, a elite militar, eram ligados às elites políticas, e ambos estavam distantes da tropa e do povo.

A área de defesa, por outro lado, não conheceu nenhum problema orçamentário. De 1967 a 1977, a Venezuela vivenciou um boom petrolífero que DOBROU o ingresso de recursos. Stronen (2016, p. 10) aponta que oficiais militares venezuelanos tinham uma qualidade de vida compatível com seus pares no Canadá ou nos Estados Unidos. Por outro lado, surgiram muitas acusações de corrupção sobre as compras de equipamentos, o que contribuiu para “(...) aprofundar as divisões entre oficiais de alto escalão e oficiais subalternos mais ideologicamente orientados”. Caires e Brito (2017, p. 138) falam inclusive em “*clientelización*” dos altos comandos, uma hipótese provável, particularmente porque as promoções passavam por articulação política no Senado.

Em função disso, Norden (1998, p. 149) alerta que o controle civil na Venezuela, mesmo antes de Chávez, era de natureza subjetiva. Segundo Felipe Aguero, o controle subjetivo se encontra em “uma visão ampla de *ethos* desenvolvimentista compartilhado, e em uma prática estendida de penetração, influência e patrocínio entre os militares” (Aguero, 1990, p. 270). Uma vez que os militares gozavam de autonomia, os líderes políticos buscavam controlá-los por meio dos partidos.

Retomando Norden (1998, p. 152), o processo ocorreu de muitas maneiras. Inicialmente, os líderes do Congresso evitam alterar ou vetar as listas de promoção que lhes eram apresentadas, mas influenciavam na confecção das listas em estágios anteriores, por meio de uma política informal que criava obrigações pessoais entre oficiais e políticos. Poucos nas forças armadas pareciam aceitar o papel do Congresso como positivo ou trivial. Ainda segundo o autor, as poucas decisões tomadas no Congresso, como aquelas sobre o orçamento, eram baseadas em informações e conselhos fornecidos por assessores das próprias forças armadas que elaboraram a proposta, interessados diretamente nos resultados. Algumas vezes, o Congresso chegou a aceitar projetos de lei propostos pelos militares. Além disso, os parlamentares desconhecem temas de

defesa e ocupam apenas provisoriamente a pasta, não desfrutando de tempo para aprender o suficiente sobre o assunto. Por fim, a extensa gama do que é considerado segredo militar restringe ainda mais a capacidade dos decisores políticos.

Enquanto isso, a partir de depoimentos públicos de dirigentes políticos históricos da esquerda Venezuela, pode-se verificar a existência de um trabalho de sensibilização ideológica feito no interior dos quartéis desde os anos 1970. Além do MBR-200, liderado por Chávez desde a sua fundação,⁵ existiam vários outros grupos, como o Revolução 82, fundado em 1979; e a Alianza Revolucionária de Militares Activos (ARMA), fundada em 1983. Todavia, esses foram detectados e desestruturados pela inteligência militar. Esses agrupamentos mantiveram vínculos com a esquerda civil insurrecional dos anos 1960, que os apoiaram política e economicamente (Garrido, 1999).

Por isso, autores como Franco (2006) criticam a originalidade da revolução bolivariana, que, na verdade, seria a concretização atrasada (nos anos 1990) dos levantes revolucionários ocorridos nos anos 1950 e 1960 em diferentes países, cuja expressão máxima é a Revolução Cubana. Embora as duas experiências tenham em comum um imaginário libertário e revolucionário, as táticas militares apresentam diferenças significativas. Nesse ponto, a análise do autor parece desconsiderar tais distinções, o que pode levar a uma simplificação excessiva da especificidade histórica do processo venezuelano.

Nos anos 50/60, predominou o foquismo, com a implantação de células guerrilheiras em lugares inóspitos de onde, gradualmente, deveriam ganhar terreno. A revolução bolivariana, embora tenha sustentação militar, ocorre nas urnas, com utilização mínima da força. Mesmo o trabalho político da esquerda não tinha como objetivo recrutar militares para que estes se integrassem a células guerrilheiras. Pelo contrário, tratava-se de discutir dentro dos quartéis as condições gerais da vida da população. Exemplo disso é que o Levante de 1992 ocorrerá dentro de unidades militares, e não em algum local remoto do país.

5 Além de Hugo Chávez, eram líderes desta organização os militares Francisco Árias Cárdenas, Joel Acosta Chirinos, Jesús Urdaneta e Jesús Ortiz Contreras, conhecidos como COMACATES (Comandantes, Capitães e Tenentes).

O MBR-200 nasceu em 1982, apenas entre militares, e passou gradualmente a contar também com civis, com o objetivo de discutir os ensinamentos de Simón Bolívar (numa leitura influenciada pelo marxismo) e um projeto antineoliberal e anti-imperialista para a Venezuela. O MBR-200 também se preocupava com aspectos práticos, e seus oficiais apoiavam-se mutuamente nas promoções internas e compartilhamento de atribuições nas forças armadas (Trinkunas, 2002, p. 53-54).

Oficiais superiores e a unidade de inteligência do Ministério da Defesa sabiam da sua existência, mas não priorizaram o tema, pois que

(...) preso na política orçamentária interna, promoções, atribuições e corrupção, não conseguiu perceber o profundo descontentamento com os assuntos militares existentes dentro do corpo de oficiais subalternos e seu profundo ressentimento em relação às ações dos políticos (Stronen, 2016, p. 10).

Cabe lembrar que, nesse período, a Venezuela vivia um boom de petróleo, com um aumento significativo do ingresso de ativos inclusive na área de defesa, o que despertou muitas disputas internas ao governo, mesmo com o Pacto vigente. O Ministério da Defesa permaneceu ileso, menosprezando o que acontecia nas suas bases. Tomou apenas medidas administrativas, como a realocação de alguns membros para distintas unidades. Uma vez que o processo de ascensão na carreira antes do nível de generalato ocorre por mérito ou por tempo de serviço, muitos militantes seguiram galgando postos e subindo gradualmente na hierarquia, até atingir posições de comando de unidades em 1992.

Corrales (2010) resume em dois grupos os fatores que levaram à existência de um forte setor de esquerda radical na sociedade civil e nas forças armadas. De um lado, reúne mecanismos que a alimentaram: políticas pró-imigração nas décadas de 1960 e 1970; casos raros de êxodo; duas décadas de contração econômica 1980/1990 e reformas fracassadas; desigualdades entre oficiais subalternos e superiores nas forças armadas. O segundo grupo reúne proteções institucionais como a legalização da esquerda na década de 1970; a universidade e o orçamento protegido dos

militares; ausência de expurgos de direita; oportunidades de mobilização (descentralização de cargos políticos). Em suma, “o paradoxo das origens do chavismo é que é um movimento de personalidades contra o estado de coisas vigente que surgiu porque essas forças experimentaram não a exclusão institucional, mas a proteção institucional” (Corrales, 2010, p. 27).

Nesse sentido, concordamos com a formulação de Moraes (2005) sobre a existência de uma esquerda militar enquanto categoria analítica e como parâmetro político. Inicialmente, o autor diferencia a esquerda da direita em geral, recordando a origem metafórica das palavras na Assembleia Francesa de 1791, mas resumindo os dois polos em torno de duas características: o partido da igualdade e o dos privilégios. “O partido dos privilégios assume muitas vezes máscaras sorridentes, a das liberdades, por exemplo. Mas, com maior frequência, deixa-as cair para envergar o uniforme da ordem policial-militar” (Moraes, 2005, p. 30). O autor diferencia, ainda, os militares de esquerda dos militares à esquerda, pois a segunda categoria é relacional, ou seja, depende da composição do bloco no poder. Já a primeira é aquela que se identifica com as bandeiras da igualdade (como abolicionismo, reforma agrária, direitos trabalhistas etc.). Assim, esquerda militar pode ser tomada como categoria analítica e como parâmetro político variável conforme o tempo e o espaço (Cunha, 2005). Por analogia, entende-se que o MBR-200, e seus pares, são uma expressão da esquerda militar latino-americana, e estavam à esquerda no espectro político venezuelano.

4 O Caracazo e a insurreição militar de 1992

Como em outras economias de natureza dependente da exportação e *commodities*, os altos ganhos do petróleo não foram suficientes para evitar o endividamento externo e os sucessivos acordos com o FMI (Altman, 2016, p. 36). De crise em crise o sistema ruiu porque os setores populares não podiam mais ser iludidos. O modelo bipartidário herdeiro do Pacto de *Punto Fijo*, na verdade um concerto entre elites que garantiu um modelo econômico rentista e a exploração livre do petróleo venezuelano por empresas estrangeiras,

notadamente estadunidense, tinha como contrapartida enormes lacunas sociais. Altman (2016, p. 40) resume a conjuntura:

[N]o final dos anos 1980, a dualidade nacional era uma ferida exposta. Dez por cento de uma população de 22 milhões de habitantes estavam incluídos na pátria do petróleo e das finanças (...) A outra nação era um enorme acampamento. A capital e todas as principais cidades tinham sido transformadas em *camelódromos* a céu aberto. O comércio informal era o porto do desespero para uma multidão (...) A diminuição do dinheiro clientelista, aplicado nas províncias para manter os currais eleitorais, tirava desse contingente miserável e sem perspectiva de trabalho até mesmo as migalhas que remuneravam o conformismo com sua exclusão do enclave petrolífero. O fluxo migratório para Caracas foi acelerado: as pessoas buscavam alguma tábua de salvação.

Barrios (1998, p. 13) coloca essa realidade em números: “90% dos bairros detêm 40% da população e ocupam 10% do território da cidade”. Esse cenário elege Carlos Andrés Peres, que veio da esquerda populista, mas quebrou suas promessas eleitorais logo depois de sua posse como presidente (2 de fevereiro de 1989). Seu programa econômico colocava em prática a desvalorização cambial, empréstimos com o FMI, entrada no GATT (antiga OMC), redução dos gastos sociais e aumento dos preços em insumos como gasolina e eletricidade, entre outras propostas. Isso em um cenário em que 60% da população estava abaixo da linha da pobreza (Schuterland, 2018).

Esse foi o estopim para o *Caracazo*, revolta popular iniciada em 27/2/1989 pelos trabalhadores de Guatire e Guarenas diante de mais um aumento dos combustíveis e, conseqüentemente, das passagens de ônibus, e se alastrou como rastilho de pólvora pelo país, mas principalmente em Caracas. No mês anterior, manifestações estudantis massivas, e uma greve de produtores de café no estado de Lara, que inclusive ocupou o prédio do Ministério da Agricultura em Barquisimeto, já davam mostras do ambiente conturbado (Schuterland, 2018). Conforme uma testemunha ocular dos fatos, “foi uma explosão espontânea. Isso não foi

organizado por nenhum partido político, foi a reação de um povo cheio de descontentamento com as políticas daquele momento” (Estanislau, 2023, [s.p]).

Entretanto, essa aparente anarquia escondeu interesses da burguesia interna e de setores do Estado insatisfeitos com o pacote econômico.

O capital afetado tratou de aproveitar-se do fogo e soprou-lhe gasolina para desmoralizar o capital financeiro e comercial que aplicava políticas que arruinavam a produção de bens materiais. Dessa forma, se urdiu um complô com organismos policiais e mercenários para dotar com armamentos rudimentares a quem saqueava, estimular os enfrentamentos com o Exército, abrir locais à força e convidar a roubá-los. O plano era desestabilizar e regressar ao poder por via do afogo econômico (Shutherlad, 2018, p. 158).

Existem diversos testemunhos de que policiais à paisana, em motos, teriam participado de forma massiva, estimulando os distúrbios, organizando os saques, ensinando a produzir armamentos, cumprindo a tarefa de comunicação entre diferentes partes da cidade. Em outras palavras, houve uma rebelião policial, instituição que inclusive fez greve alguns dias antes do 27 de fevereiro, com o objetivo de desestabilizar o governo a favor de interesses de outros segmentos do capital que desejavam manter medidas econômicas protecionistas (Shutherland, 2018). Ou seja, o levante não parece ter sido de todo casual e espontâneo.

O governo perdeu o controle de várias cidades, como Caracas, atacadas por manifestantes violentos, alguns armados. O governo Pérez suspendeu garantias e decretou o toque de recolher, mas a Guarda Nacional não conseguiu conter os protestos. O governo recorreu, então, ao Exército, que encontrou uma população enraivecida em um território que não era inimigo, e sim no qual moravam seus familiares e com os quais mantinham fortes laços sociais e culturais. Sua experiência e formação militares não incluíam enfrentar manifestações ou o uso de armamentos de baixa letalidade. “Não houve gases lacrimogêneos, nem balas de borracha, nem advertências; policiais e militares usaram metralhadoras e

todo tipo de arsenal bélico para assassinar tantos quanto puderam” (Shutherland, 2018, p. 158).

Parte dos soldados tentou negociar, parte organizou os saques a armazéns para impedir a destruição. Quando o comando ordena abrir fogo contra os manifestantes, alguns obedecem, outros não. Em meio ao massacre, são eles mesmos que recebem a responsabilidade de recolher os mortos. O povo recua para as comunidades, e de lá dispara contra o Exército. É emitida uma ordem para metralhar os bairros e cortar a eletricidade, numa situação que se prolongou por 20 dias (Penido; Colmenaréz; Scaldaferri, 2021).

O *Caracazo* deixou entre 372 e 5.000 mortos, inclusive dentro no interior de residências (Harnecker, 2003, p. 2). Havia tantos corpos nas ruas que o então ministro da Defesa, ao ser encarregado das explicações pela televisão, não conseguiu terminar sua fala sem que sua voz embargasse. “Os mortos eram tantos que seus corpos ficavam estendidas no asfalto e nos gramados dos parques da cidade. Os hospitais, necrotérios e cemitérios entraram em colapso, obrigando as autoridades a abrir fossas comuns (...)” (Altman, 2016, p. 38).

Além dos mortos, o saldo do *Caracazo* incluiu uma geração de oficiais e soldados desmoralizados, rejeitados pela população e insatisfeitos com o sistema político vigente. Após a repressão do levante e a remoção dos corpos, os militares ainda foram mobilizados para localizar mercadorias saqueadas e devolvê-las aos seus antigos proprietários, realizando incursões dentro das residências da população. Nesse processo, muitos bens adquiridos legitimamente por trabalhadores foram levados, e os militares passaram a ser recompensados pelos lojistas com uma porcentagem do valor dos produtos recuperados (Shutherland, 2018).

Na época, o MBR-200 já tinha membros nas patentes intermédias e no comando de unidades, mas era pequeno. Depois do ocorrido, começou a crescer exponencialmente, especialmente entre as baixas patentes. Grupos com menor afinidade ideológica, como o COMACATE (sigla formada pelas patentes militares que apoiavam as manifestações – comandantes, majores, capitães e tenentes) incorporaram-se, e foram essenciais para que o MBR-200 decidisse passar à ação em 1992. Segundo Stronen

(2016, p. 10), em 1992, o MBR-200 representava cerca de 10% do efetivo de oficiais. Depois da ação, policiais também passaram a integrar suas fileiras.

O governo ainda tentou amortizar a crise, acelerando a promoção de oficiais mais jovens e alternando os comandos em um ritmo mais rápido. Entretanto, para isso, usou critérios cada vez mais políticos, ao invés do mérito profissional, o que ampliou a crise. A grande questão, afinal, era a ausência de identificação entre os oficiais jovens e as elites, por origem ou por convicção. Quando as elites perderam a capacidade de satisfazer as massas, perderam também a capacidade de satisfazer a caserna.

Pérez sobrevive ao *Caracazo* porque ganha algum fôlego graças à economia – aumento das exportações de petróleo por causa da Guerra do Golfo (1990-1991) e, ao seu final, adoção de um plano de privatizações. Apesar da relativa recuperação, sua legitimidade, já baixa, desaba em termos políticos e morais. As manifestações populares e os enfrentamentos policiais são o combustível que leva a um novo estalido, em que se destaca Hugo Chávez. Na descrição de Maringoni (2008, p. 67):

Na noite de 3 para 4 de fevereiro de 1992, oficiais do Exército, comandados por um tenente-coronel paraquedista de 37 anos, tomam a base aérea Francisco de Miranda, em Caracas, conhecida como La Carlota, cercam a residência presidencial, chamada de La Casona, e promovem sublevações nas bases de Maracaibo, Maracay e Valência. O tenente-coronel era um ilustre desconhecido. Tinha cara de mestiço, era magro e chamava-se Hugo Rafael Chávez Frias (...).

O objetivo do golpe seria instaurar uma nova ordem política na Venezuela, com princípios bolivarianos e de justiça social. A iniciativa consistiu no levante de cinco unidades militares em Caracas, com o objetivo de dominar instalações chave, como o aeroporto militar e as comunicações na cidade. Forças rebeldes também atuaram em outras partes da Venezuela, como no batalhão aerotransportado de elite na cidade de Maracay. Entretanto, um conjunto de erros e imprevistos levaram ao fracasso militar da iniciativa, principalmente em função do seu isolamento. Com as

comunicações cortadas com a população, Chávez não conseguiu incitar o povo e massificar o levante.

Como fora informado de movimentos militares, o ministro da Defesa providenciou o fracasso da intentona, que se resolveu em algumas horas com a rendição do destacamento em Caracas. Pérez escapou, 14 soldados foram mortos e muitos soldados e civis foram feridos, principalmente em Caracas. Porém, é justamente ao se render que Chávez ganha popularidade e reafirma sua liderança ao negociar uma aparição na televisão para ordenar aos destacamentos rebeldes o fim das hostilidades, quando fez um discurso famoso que o catapultou para a política, anunciando que “*por agora*”, os objetivos não haviam sido alcançados.

Antes de mais nada, quero dar bom-dia a todo o povo da Venezuela. Esta mensagem bolivariana é dirigida aos valentes soldados que se encontram no regimento de paraquedistas de Aragua e na Brigada Blindada de Valência. Companheiros: lamentavelmente, *por enquanto*, os objetivos que nos colocamos não foram atingidos na capital. Quer dizer, nós, aqui em Caracas, não conseguimos controlar o poder. *Vocês agiram muito bem*, porém, já é hora de evitar mais derramamento de sangue, já é hora de refletir. Virão novas situações e o país tem de tomar um rumo definitivo a um destino melhor. Assim, ouçam a minha fala, ouçam ao comandante Chávez, que lhes lança esta mensagem para que, por favor, reflitam e deponham as armas, pois, em verdade, os objetivos que traçamos em nível nacional são impossíveis de ser alcançados. Companheiros, ouçam esta mensagem solidária. *Agradeço sua lealdade, agradeço sua valentia, seu desprendimento e eu, diante do país e dos senhores, assumo a responsabilidade* deste movimento militar bolivariano. Muito obrigado (apud Moreno, 1999, p. 137, tradução e grifos nossos).

Em uma análise ligeira do discurso, tomando os textos grifados e lembrando o momento político do país, é possível ver que Chávez assume verdadeira postura de liderança (Moreno, 1999; 2010; Maringoni, 2008; Altman, 2016). Isso porque:

- Primeiro, dirige-se ao povo venezuelano (como seu representante, é que coordena as ações e, em seguida, dirige-se aos seus comandados);
- Lastima o fracasso, ao mesmo tempo que faz uma promessa (por enquanto) e, novamente, apoia seus comandados (agiram muito bem);
- Agradecendo, reforça os valores militares;
- E, enfatizando o *ethos* militar (como comandante militar e servidor do país), toma para si a responsabilidade do ato e de seu fracasso.

Mesmo entre os militares que não aderiram, ficou patente a liderança do futuro presidente. Segundo Harnecker (2003), os oficiais pró ou contra o golpe foram unânimes em reconhecer a postura de Chávez de assumir publicamente sua função no ato cometido, chamando para si a responsabilidade.

Chávez foi preso e, enquanto isso, no mesmo ano de 1992, mais um levante militar ocorreu, dessa vez por iniciativa de unidades da Aeronáutica. Essa iniciativa, também fracassou. Lideranças civis articularam o *impeachment* de Pérez e, após uma breve passagem de Ramón Velásquez, Rafael Caldera, que havia sido presidente da República entre 1969 e 1974, foi eleito.

Quicá motivado por acordos que objetivavam contornar a crise de governabilidade ou premido pela alta taxa de abstenção aferida nas eleições que o levaram à presidência (39,84%), ou ainda pela influência crescente do setor castrense e a fim de evitar novas tentativas de golpe, um de seus primeiros atos foi anistiar os envolvidos nas insurgências de 1992. Ao mesmo tempo, ele tentou recompor o pacto entre as elites políticas civis e militares:

Expulsou os setores mais politizados da instituição (tanto os “bolivarianos” quanto os “bi-partidários”), melhorou as condições salariais internas, reforçou a meritocracia nas nomeações e promoções, reconduziu as atividades militares para a guarda da fronteira e para a gestão de serviços paralisados por protestos (Jácome, 2011, p. 13).

Entretanto, o fracasso do modelo de conciliação representado pelo pacto do *punto fijo* já estava consolidado.

Chávez foi libertado em 1994, e reformado da carreira. Passou, então, a percorrer o país, insistindo que o processo de decomposição social e política pelo qual passava a Venezuela inevitavelmente levaria a novas insurreições que arrastariam o Exército. Gradualmente, transformou-se de líder militar em estrategista político, solidificando relações com grupos civis, crescendo em influência, e adotando como tática a disputa de eleições.

O hiato representado pelo mandato de Caldera (1994-1999) serviu para que o MBR-200 se convencesse que a via insurrecional não era alternativa viável para a Venezuela naquele momento.⁶ Também serviu para que o grupo liderado por Chávez se aproximasse de outros partidos de esquerda, que jamais representaram alternativa eleitoral aos dois partidos hegemônicos, mas alcançaram algumas vagas no legislativo. Transformado o MBR-200 no partido político Movimento da Quinta República (MVR), ao qual se soma o partido Pátria para Todos (PPT), forma-se a coalizão Polo Patriótico (PP), lançando como candidato à presidência o próprio Chávez.

O grande tema da campanha presidencial de Chávez era a necessidade de uma nova Constituição para o país, que representasse um pacto social renovado baseado no resgate das ideias bolivarianas para o socialismo do século XXI (Pádua; Kalil, 2010).

Em 1998, Chávez é eleito presidente com mais de 50% dos votos e inicia uma reforma constitucional que cria as bases para uma democracia participativa e protagonica, como discutida em Maia, Oliveira e Martins (2020). Os aspectos militares das reformas promovidas ao longo dos 14 anos da presidência chavista serão objeto de discussão em um novo texto.

6 Segundo Romero (2001, p. 235), o fator mais importante para a mudança de Chávez e do MBR-200 da via insurrecional para a via eleitoral foi a vitória de Árias Cárdenas ao governo de Zúlia (colégio eleitoral que representa cerca de 10% do total do país) em 1996.

5 Considerações finais

Chávez é um bom exemplo da discussão proposta por Plekhanov (1898) sobre o papel do indivíduo na história. Sem dúvida, é um homem de talento, como outros militares da sua geração, que têm em comum – apropriando-nos e extrapolando a formulação de Harnecker (2003) – as seguintes características: recrutados entre as camadas populares; com uma formação bolivariana em que o anti imperialismo levou à uma menor influência dos EUA; esparsa experiência com o enfrentamento à guerrilhas marxistas; pouco perseguidos em função das suas opções políticas dentro da carreira; intenso contato com civis na sua formação acadêmica, o que tornou-os mais porosos às influências diversas.

Esse grupo de homens oriundos da caserna, é também produto do seu tempo histórico, marcado pelo *boom* petroleiro dos anos 1970; pela crise social oriunda do capitalismo dependente de uma só *comodity* na Venezuela; pelo *Caracazo* em 1989; pelo levante militar de 1992; pela opinião pública, em geral, positiva sobre as forças armadas; e a um consistente trabalho da esquerda dentro das fileiras militares ao longo de décadas – por um largo período, de forma clandestina.

Em suma, Chávez inscreveu-se na história a partir das condições concretas que encontrou – condições que, em grande medida, continuam a favorecer o surgimento de lideranças de origem militar, à direita e à esquerda, na América Latina. Compreender essa permanência estrutural é um desafio que deveria instigar a reflexão crítica dos pesquisadores.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, Max. **Venezuela**. Coleção Nossa América. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

BARRIOS, Sonia. **Problemas urbanos y políticas urbanas en países exportadores de petróleo**: el caso del área metropolitana de Caracas. Caracas: Cendes, 1998.

CAIRES, Carlos; BRITO, Alejandra. Del Control Civil al Control Político: las relaciones civiles-militares en la Venezuela de Chávez y Maduro (2002-2016). **Revista Andina de Estudios Políticos**, v. 7, n. 2, p. 132-151, 2017.

CHÁVEZ, H. R. **Aló Presidente Teórico número 4**, TodoChávez, 2 jul. 2009. Disponível em: <<http://todochavez.gob.ve/todochavez/6289-alopresidente-teorico-n-4>>. Acesso em: 1 jul. 2025.

CORRALES, Javier. **Explaining Chavismo**: The Unexpected Alliance of Radical Leftists and the Military in Venezuela under Hugo Chávez. Amherst College Amherst, Mar. 2010.

CUNHA, Paulo. 'Um Enfoque Ousado'. Apresentação. In: MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes. 2ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

DOMINGOS NETO, Manuel. Sobre o Patriotismo Castrense. **Perseu história, memória e política**, n. 18, p. 1-35, 2019.

ESTANISLAU, L. Fotografia que registrou o Caracazo conta a história da revolta que redefiniu a Venezuela. **Brasil de fato**, 27 fev. 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/02/27/fotografo-que-registrou-o-caracazo-counta-a-historia-da-revolta-que-redefiniu-a-venezuela>>. Acesso em: 7 jan. 2025.

GIANTOMASI, S. Academia Militar de Venezuela, cuna de la Revolución Bolivariana: la formación de Hugo Rafael Chávez Frías en “La Casa de los Sueños Azules”. 1971-1975. **XVI Congresso Internacional do FoMerco**. Salvador (BA), 27-29 set. 2017.

GARRIDO, Alberto (compilador). **Testimonios de Douglas Bravo, William Izarra, Francisco Prada**: guerrilla y conspiración militar en Venezuela. Caracas: Fondo Editorial Nacional José Agustín Catalá, 1999.

HARNECKER, Marta. Militares junto al pueblo. **Rebelión**, 2004. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/docs/97069.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

HARNECKER, Marta. The Venezuelan Military. The Making of an Anomaly. **Monthly Review**, n. 55, v. 4, p. 14-21, 2003.

HARRIES-JENKINS, Gwyn; MOSKOS, Charles; BAQUER, Miguel. **As forças armadas e a sociedade**. Espanha: Alianza, 1984.

JÁCOME, Francine. **Fuerza Armada, Estado y Sociedad Civil in Venezuela**. Caracas: Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales (ILDIS), 2011.

KARL, Terry. Petroleum and Political Pacts: The Transition to Democracy in Venezuela. In: O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe; WHITEHEAD, Laurence. **Democracy and the military in Venezuela**: Transition from Authoritarian Rule. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986, p. 196-219.

MACHILLANDA PINTO, Jose. **Cinismo político y golpe de estado**. Caracas: Italgrafica, 1993.

MAIA, José; OLIVEIRA, Raimundo; MARTINS, Mônica. Democracia participativa na Venezuela contemporânea. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 16, n. 30, p. 93-118, 2020.

MARINGONI, G. **A revolução venezuelana**. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.

MARTINS, M. D.; DOMINGOS NETO, M. O nacionalismo em Bolívar e Martí. **Projeto História**, São Paulo, n. 47, p. 111-135, ago. 2013.

MORAES, João Quartim. **A esquerda militar no brasil**: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MORENO, E. Análisis del discurso del Cte. Hugo Chávez a propósito de la deposición de armas el 4 de febrero de 1992. **Revista Análisis de Coyuntura**, Caracas: UCV, v. 5, n. 2, p. 131-152, 1999.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

NORDEN, Deborah. Democracy and Military Control in Venezuela: From Subordination to Insurrection. **Latin American Research Review**, v. 33, n. 2, p. 143-165, 1998.

O'DONNELL, G. **Análise do autoritarismo burocrático**. RJ, Paz e Terra, 1990.

O'DONNELL, Guillermo A.; SCHMITTER, Philippe C. **Transitions from authoritarian rule**. Tentative conclusions about uncertain democracies. Maryland, The Johns Hopkins University Press, 1986a.

O'DONNELL, Guillermo A.; SCHMITTER, Philippe C. **Transitions from authoritarian rule**. Latin America. Maryland, The Johns Hopkins University Press, 1986b.

PÁDUA, Adriana; KALIL, Suzeley. Venezuela: Qual democracia? **Cadernos PROLAM**, São Paulo, ano 9, v. 2, p. 69-88, 2010.

PENIDO, Ana. Uma revolução pacífica... mas armada. **Izquierdas**, Santiago do Chile, n. 54, 2025.

PENIDO, A., COLMENAREZ, E. and SCALDAFERRI, L. Notas sobre a educação dos militares na Venezuela. In: KALIL, Suzeley, MEI, Eduardo; SILVEIRA, Cláudio (eds.). **De Cuba à Patagônia**: desafios da educação militar no terceiro milênio [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2021, p. 381-422.

PLEKHANOV, G. V. **On The Role of the Individual in History**. Marxists Internet Archive, 1898. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/plekhanov/1898/xx/individual.html>>. Acesso em: 29 jun. 2025.

SHUTHERLAND, Manuel. Revuelta popular en Venezuela. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 7, n. 12, p. 141-163, 2018. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/622>>. Acesso em: 29 jun. 2025.

STRONEN, Iselin Åsedotter. **A civil-military alliance**: the Venezuelan Armed Forces before and during the Chávez era. Bergen: Chr. Michelsen Institute, 2016. (Working Paper). Disponível em: <<https://www.cmi.no/publications/5823-a-civil-military-alliance-the-venezuelan-armed-forces-before-and-during-the-chavez-era>>. Acesso em: 29 jun. 2025.